

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Crédito para a Agricultura Familiar  
Período de Análise: janeiro de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro Rural

## Índice

<b>Funcafé autoriza contratação de R\$ 95 milhões para financiar Cédulo do Produtor Rural (CPR) – Sítio Eletrônico do CAN – 05/01/2010 .....</b>	<b>3</b>
<b>Seguro rural fica sem recursos de R\$ 90 milhões – Sítio Eletrônico da CNA – 07/01/2010.....</b>	<b>3</b>
<b>Governo agiliza liberação de recursos destinados ao campo – Renan Ramalho – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/01/2010.....</b>	<b>4</b>
<b>Governo irá liberar crédito e milho para produtores gaúchos – Sítio Eletrônico da CNA – 14/01/2010 .....</b>	<b>4</b>
<b>Usineiros pedem linha de crédito maior – Humberto Medina – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/01/2010.....</b>	<b>5</b>

**Funcafé autoriza contratação de R\$ 95 milhões para financiar Cédulo do Produtor Rural (CPR) – Sítio Eletrônico do CAN – 05/01/2010**

O Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), autorizou a liberação de R\$ 60 milhões ao Banco do Brasil para financiar a aquisição de Cédula de Produto Rural (CPR). Somados aos R\$ 35 milhões repassados anteriormente ao banco, os recursos totalizam R\$ 95 milhões.

Também foi autorizada hoje a contratação de R\$ 1,5 milhão, destinado à Credicarmo, cooperativa de Carmo do Rio Claro/MG. A linha especial de crédito para cooperativas já conta com R\$ 61,2 milhões do fundo, dos R\$ 70 milhões contratados. No total, foram contempladas 21 entidades, todas em Minas Gerais.

Em 2009, o Funcafé repassou R\$ 1,66 bilhão para o financiamento de todas as linhas de crédito. “O fundo estava autorizado a liberar R\$ 1,8 bilhão, portanto, o saldo será incorporado ao orçamento de R\$ 2 bilhões previsto para este ano”, ressalta o diretor do Departamento de Café do Mapa, Lucas Ferreira. Segundo ele, o valor oficial de investimento do fundo, em cada linha de financiamento da cafeicultura em 2010, deve ser definido antes do início da colheita deste ano.

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**Seguro rural fica sem recursos de R\$ 90 milhões – Sítio Eletrônico da CNA – 07/01/2010**

O governo federal deixou de liberar R\$ 90 milhões em recurso suplementar destinado ao pagamento da subvenção do seguro rural, afetando cerca de 30 mil produtores em todo o País. A informação foi confirmada por Wellington Soares de Almeida, diretor do Departamento de Gestão de Risco Rural, do Ministério da Agricultura.

Técnicos do Ministério da Agricultura se reuniram por dois dias para tentar solucionar o problema, que pode pôr em risco a credibilidade do Programa Nacional de Subvenção ao Seguro Rural.

Diante da forte demanda pelas operações de seguro rural, o Congresso aprovou, em 12 de dezembro, o projeto de lei que autorizava a liberação do recurso complementar para pagamento da subvenção. O dinheiro deveria ter sido liberado até 31 de dezembro, mas, como o Ministério da Fazenda não autorizou o empenho dos recursos no prazo previsto em lei, o montante não pode mais ser utilizado, informa Almeida. A lei do seguro rural determina que os recursos para subvenção só podem ser usados para pagamento de apólices aprovadas no mesmo ano da liberação do dinheiro.

A não liberação desse recurso virou um tremendo problema para o governo, porque as seguradoras já emitiram as apólices e, em alguns casos, já ocorreram sinistros que as empresas terão de pagar, diz Almeida.

Algumas regiões do País já registram perdas por conta das fortes chuvas e dependem dos recursos para compensar os prejuízos. Almeida explica que agora os técnicos buscam soluções para o problema.

**Governo agiliza liberação de recursos destinados ao campo** – Renan Ramalho –  
Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/01/2010

O presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou ontem, sem vetos, a chamada Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural, que muda a forma como o governo libera recursos para serviços de auxílio e educação no campo. Com a regra, entidades, ONGs e empresas ligadas a agricultores familiares que prestam esse tipo de serviço passam a receber recursos de forma mais rápida. Neste ano, serão destinados R\$ 626 milhões para extensão rural. Em vez de convênio ou licitação, o dinheiro será liberado por meio de chamada pública. Nessa modalidade, o vencedor é aquele que apresenta um projeto que mais se aproxima dos requisitos exigidos pelo governo. No caso da extensão rural, pode, por exemplo, ser um projeto em que um técnico visite o lavrador e indique formas de plantio, de adubagem e de cultura a ser explorada. Uma das críticas à nova lei é que, ao contrário da licitação, a entidade que recebe os recursos não é a que tem o menor preço. O valor é fixo e de conhecimento prévio de todos os concorrentes. Os defensores da lei dizem que ela é mais democrática por eliminar os convênios. "A lei dá mais transparência, agilidade e eficiência. Vai permitir que a gente faça uma assistência técnica voltada aos interesses dos agricultores e da produção", disse Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário). Para José Silva Soares, presidente da Asbraer (associação que reúne as empresas de governos estaduais de apoio ao pequeno agricultor, Emater), a nova regra trará mais agilidade. "Antes, com os convênios, o recurso era aprovado no final do ano, mas só era liberado dez meses depois", disse. As regras dependem de decreto do presidente Lula para regulamentar os procedimentos. Segundo Cassel, isso deve ocorrer em 30 dias.

**Governo irá liberar crédito e milho para produtores gaúchos** – Sítio Eletrônico da  
CNA – 14/01/2010

As ações para a recuperação da Agricultura no Rio Grande do Sul já começam a dar resultados: a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) se prepara para fornecer milho de seu estoque para animais da região, atendendo a pelo menos duas mil propriedades.

O próximo passo deve ser a liberação de crédito. Levamos imagens do desastre na região e a pauta foi bem recebida. As autoridades já se comprometeram com a liberação de linhas de crédito, afirma Elton Weber, presidente da Federação

dos Trabalhadores na Agricultura no Rio grande do Sul (Fetag).

Segundo Weber, a pauta entregue aos ministérios pede resposta rápida. O mais tardar para a próxima semana, quando devemos obter valores de créditos específicos que serão liberados pelo governo, diz.

Hoje, Weber tem encontro marcado na sede da Fetag com representantes dos municípios e membros da diretoria da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul (Emater/RS, Ascar). A reunião acontece depois de encontros realizados ontem e terça-feira com membros dos ministérios das Cidades, Integração e da Conab. Na pauta do encontro estarão as perdas com as chuvas na região e os resultados obtidos no Distrito Federal.

Até o fechamento desta edição, constava no sistema da Emater o levantamento geral da região de Taquari e da Depressão Central. Dos 80 municípios, 38.500 famílias sofreram prejuízos. Esse número representa 65% das propriedades da região, diz Célio Alberto Colle, assessor da Diretoria Técnica da Emater. As principais culturas afetadas nesses municípios, segundo Colle, são as de arroz, fumo e feijão.

### **Clima**

Segundo o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), o excesso de chuvas no Sul e Sudeste e a estiagem na Região Norte são consequências do El Niño, que deve permanecer até o segundo trimestre. O El Niño, fenômeno climático que provoca o aquecimento anormal das águas superficiais do Oceano Pacífico, vem afetando o clima global, os padrões de vento e os níveis de chuva em regiões tropicais.

**Usineiros pedem linha de crédito maior** – Humberto Medina – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/01/2010

Governo pode emprestar R\$ 2,5 bi para estocagem de álcool contra alta de preço; produtores querem R\$ 3,4 bi

**HUMBERTO**

**MEDINA**

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Os usineiros avaliam que, para evitar oscilações de preço do álcool, seria necessário financiar um estoque de 4 bilhões de litros. Com isso, calculam que a linha de crédito deveria ser de aproximadamente R\$ 3,4 bilhões. O governo trabalha com a hipótese de emprestar bem menos, cerca de R\$ 2,5 bilhões. Além de um maior volume de crédito, os usineiros avaliam que será necessário adotar duas medidas para que a política de manutenção de preços funcione: o prazo para amortização deverá ser longo, de aproximadamente 24 meses, e o BNDES deverá aceitar como garantia apenas o álcool em estoque. "O financiamento do estoque tem que se tornar uma política pública", avalia Antônio de Pádua Rodrigues, diretor técnico da Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar). Segundo ele, a projeção da necessidade de recursos a serem gastos no financiamento leva em conta um preço do litro do álcool na usina variando de R\$ 0,80

a R\$ 0,90 e o volume total de 4 bilhões de litros para manter o preço estável. Ainda segundo Rodrigues, se o prazo para pagamento não for longo, o financiamento não terá o efeito esperado. "Se o produtor tiver que se desfazer do estoque rapidamente para pagar o banco, o preço vai oscilar." Ele diz que esse tipo de política não deu certo no passado porque, além das questões de prazo, havia dificuldades na garantia. "Mesmo dando um litro e meio de álcool para cada litro financiado, eram exigidas outras garantias que os produtores não tinham como oferecer." O governo avalia que é necessário financiar os produtores de álcool para evitar fortes oscilações no preço. A variação de preços acontece porque os produtores precisam pagar 70% de seus custos no início da safra e, por isso, ofertam muito álcool. Na entressafra, com menos produto, o preço sobe muito. Na última safra, após os aumentos verificados no início do ano, a variação de preços chegou a 110%. A alta levou a uma redução de 30% no consumo na primeira quinzena de janeiro. Com a linha de crédito, os produtores não precisam vender muito álcool no início da safra para pagar seus custos. Assim, o consumidor tem de abrir mão de preços mais baixos na safra, em troca de não haver aumentos fortes na entressafra. O governo informou que o CMN decidirá as regras gerais do financiamento e que, por enquanto, os detalhes da linha estão em discussão.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

**Assistentes de Pesquisa**

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**

Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**  
**em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**  
**UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

**Apoio**

